



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NO ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS DA POLÍTICA AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA NO PARLAMENTO BRASILEIRO

Inny Accioly¹,
Celso Sánchez²

RESUMO

No atual momento de revisão das políticas ambientais brasileiras que pendem para a sua flexibilização e afrouxamento, tornou-se emblemática a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro (PL nº 1876/99). Neste contexto, o presente trabalho pretende discutir de que maneira a educação ambiental, em especial a sua abordagem crítica, pode fazer frente ao desafio que vem sendo imposto pelos movimentos conservadores ligados ao agronegócio cujos protagonistas se inserem de forma estratégica no Congresso Nacional Brasileiro. Para tal, discute a problemática ambiental brasileira, apresenta os financiamentos de campanhas de políticos que protagonizaram o debate ambiental na Câmara e no Senado, discute as estratégias do discurso "anti-ecológico", enfatizando sua ação no campo da educação e, por fim, debate a inserção da educação ambiental crítica diante deste cenário.

Palavras-Chave: Discurso Anti-Ecológico, Educação Ambiental, Agronegócio, Políticas Ambientais, Congresso Nacional

ABSTRACT

At this time when the Brazilian environmental policies are being reviewed, moving toward to its flexibility and relaxation, the proposed amendment of the Brazilian Forest Law (1876/99) became emblematic. In this context, this paper discusses how environmental education, in particular its critical approach, can meet the challenge that has been imposed by the conservative movements related to agribusiness which the protagonists fall in a strategic way in the Brazilian Congress. To this end, discusses environmental issues in Brazil, presents the financing of political campaigns of parliamentarians who carried out the environmental debate in the House and Senate, discusses the strategies of the "anti-environmental" rhetoric, emphasizing its action in the field of education and, finally, debate the inclusion of environmental education on this critical scenario.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). CEP: 22.290-240. Rio de Janeiro – Brasil. innyaccioly@gmail.com.

² Mestre em Ecologia Social (EICOS-UFRJ) e Doutor em Educação (PUC-Rio). Professor Adjunto I da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Departamento de Didática. Escola de Educação. Pesquisador do NGA (Núcleo de Gestão Ambiental) – UNIRIO. CEP: 22.290-240. Rio de Janeiro- Brasil. celsosanchez@unirio.br

Keywords: Anti-environmental rhetoric, Environmental Education, Agribusiness, Environmental Policies, Brazilian Congress.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva discutir de que maneira a educação ambiental, em particular a sua abordagem crítica, pode fazer frente ao desafio que vem sendo imposto pelos movimentos conservadores de caráter “anti-ecológico”, cujos protagonistas se inserem de forma estratégica no Congresso Nacional Brasileiro. Tal preocupação ganha estofa à medida que se consolida o discurso pró-ruralista de fortalecimento do agronegócio brasileiro, este, por sua vez, setor historicamente estratégico do país, onde remanescem oligarquias e que vem crescendo em participação e importância para a economia nacional. Segundo Pinto *et all* (2008), o setor foi responsável por um terço de tudo que foi exportado em 2007.

É diante deste debate que situamos a educação ambiental, entendendo que esta reflete uma compreensão e uma postura educacional e de mundo, subsidiada por um referencial paradigmático e compromissos ideológicos (Guimarães, 2004). Em outras palavras, é fundamental entender que a educação ambiental não deve tratar apenas da simples e ingênua reprodução de conhecimentos relacionados à temática ambiental. Assim, lembramos Bourdieu (2008) que nos aponta que a reprodução do sistema de ensino permite a reprodução da cultura dominante, e essa reprodução cultural reforça como “poder simbólico” a reprodução contínua das relações de força no seio da sociedade. Desta forma, o forte potencial de mobilização que a educação ambiental carrega consigo faz com que ela seja comumente utilizada como estratégia de conservação e perpetuação das relações atuais de poder em nossa sociedade, se constituindo como uma Educação Ambiental Conservadora.

Essa perspectiva ao substanciar-se nos paradigmas constituintes/ constituídos da/pela sociedade moderna, os reproduz em sua ação educativa. Sendo assim, não supera, por exemplo, o cientificismo cartesiano e o antropocentrismo que informam a compreensão/ação sobre o mundo e que historicamente se constituiu hegemônica na sociedade moderna. É essa “visão social de mundo” que sustenta uma relação desintegrada entre sociedade e natureza, baseada na dominação e espoliação da primeira sobre a segunda, pilares da crise ambiental da atualidade. (GUIMARÃES, 2004, p.26)

Em contraposição a este matiz da educação ambiental, aponta-se uma Educação Ambiental Crítica que:

Ao perceber a constituição da realidade como decorrente de um movimento dialético/dialógico, em que a interação de forças, seus conflitos e consensos, são estruturantes dessa realidade, debruçamo-nos sobre a relação, sobre o movimento de inter-retro-ação do todo e das partes, num processo de totalização. Essa é uma abordagem que traz a complexidade para a compreensão e intervenção na realidade

socioambiental, que ao contrário da anterior que disjunta e vê o conflito como algo a ser cassado porque cria a desordem social (complexifica a realidade), na perspectiva crítica, o conflito, as relações de poder são fundantes na construção de sentidos, na organização espacial em suas múltiplas determinações. (GUIMARÃES, 2004, p.28)

Seguindo esta mesma via, Loureiro (2004) acrescenta a expressão “transformadora” para ressaltar o caráter da Educação Ambiental de linha crítica:

A finalidade primordial da educação ambiental é revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais-naturais existentes. Ou seja, estabelecer processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção do nosso ser na dinâmica da vida como um todo e de modo emancipado. Em termos concretos, isso significa atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar como “ecológica” e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade. (LOUREIRO, 2004, p. 73)

Portanto, diante dos desafios da questão ambiental contemporânea no ambiente político brasileiro, é cada vez mais importante procurar situar a Educação Ambiental diante dos debates que vem sendo colocados na arena ambiental. Cremos ser importante entender a Educação Ambiental na dimensão dos conflitos e num momento aonde se travam disputas por legitimidade política.

Assumidas as disputas políticas no campo ambiental, podemos verificar a existência de dois posicionamentos conflitantes: os ambientalistas e os ruralistas, marcados por um posicionamento considerado “anti-ecológico”³. Ainda que este posicionamento seja revelado de forma explícita por alguns membros do grupo em seus pronunciamentos, grande parte opta por se camuflar através de um suposto “desenvolvimento sustentável”.

Desta forma, admite-se que o movimento ambientalista não pode se caracterizar pela unicidade de atuação e ideologias. Podemos sugerir que há uma incorporação das idéias de sustentabilidade e defesa do meio ambiente de forma a atender interesses específicos de cada grupo social.

A questão ambiental constitui uma das mais importantes dimensões de atenção e análise por parte dos múltiplos segmentos, grupos e classes sociais que compõem a sociedade contemporânea. Isto pode ser observado no aumento expressivo, tanto qualitativo quanto quantitativo, de debates, produção teórica e manifestações sociais abordando a problemática, desde a década de setenta. Por diferentes motivações e necessidades, praticamente todo sujeito individual e coletivo menciona e reconhece o ambiente como dimensão indissociável da vida humana e base para a manutenção e perpetuação da vida na Terra. (LOUREIRO, 2006, p.11)

³ Sobre o tema, ver Capobianco (2011) e sua análise sobre o movimento Antiambiental na Câmara dos Deputados.

A busca pela compreensão das disputas reais que envolvem a questão ambiental nacional apresenta-se como sendo primordial para a superação das relações sociais vigentes, visto que a temática ambiental vem sendo incorporada por distintos atores sociais que buscam se afirmar e propagar projetos societários muitas vezes conflitantes entre si.

A QUESTÃO AMBIENTAL BRASILEIRA COMO ARENA E CONFLITO

Ao tratarmos da questão ambiental, estamos obrigatoriamente falando dos usos e apropriações dos recursos naturais e suas implicações sócio-econômicas. O Brasil, desde o seu “descobrimento”, mostrou-se como uma terra repleta de riquezas minerais, com grandes reservas de água e clima propício para a agricultura, em especial as monoculturas. Ao longo de toda a história da colonização, as terras brasileiras foram marcadas pelo fenômeno da exploração: do homem pelo homem e da natureza (dos recursos naturais) pelo homem. Nos dias atuais, a marca da exploração permanece, ganhando novas dimensões e contornos: o modo capitalista em que estamos organizados reproduz quase que diariamente novas vias para a perpetuação das diversas formas de exploração, seja dos recursos naturais através da “economia verde” - que apenas altera algumas características do modo econômico tradicional como a redução das emissões de carbono, mas não altera as suas bases -, seja na exploração humana através do trabalho e da alienação do trabalhador aos meios produtivos. A luta pela terra e pela moradia, promovida por movimentos sociais em âmbito nacional como o MST (Movimento dos Sem-Terra) e o MTST (Movimento dos trabalhadores Sem-Teto), somadas a tantas outras lutas são reflexos e reações ao modelo exploratório e desigual de apropriação da natureza.

Desta forma, conforme nos aponta Loureiro (2006), são diferentes as motivações e necessidades que movimentam os grupos sociais na “defesa” do meio ambiente. Ao analisar as falas e a atuação de diferentes atores que carregam consigo a responsabilidade de legislar sobre a temática ambiental, observa-se uma tendência de se trabalhar para a manutenção do atual regime exploratório. Em entrevista concedida à “TV Câmara”, em 06/04/2011, ao falar sobre as divergências no debate sobre as alterações do Código Florestal Brasileiro (Projeto de Lei nº 1876/99), o deputado Reinhold Stephanes afirma:

Num dos debates que eu participei há pouco tempo com representantes de uma das grandes organizações internacionais que comandam um pouco no Brasil esta questão do meio ambiente, em vinte minutos ele falou oito vezes em Karl Marx, o nosso grande filósofo, o nosso grande humanista, evidentemente uma pessoa que merece todo respeito. Só que nós não estamos discutindo modelos de produção marxistas ou comunistas. Nós temos um modelo de produção. Então, quer dizer, a discussão vira

muito ideológica, vira muito politizada ao invés de ser uma discussão que traga racionalidade para que aqueles pontos que precisam ser efetivamente conciliados.⁴

Deixar de discutir o modelo de produção no qual estamos inseridos em nome de um “estado de emergência” somente contribui para a tomada de decisões paliativas que reforçam os desequilíbrios não só na esfera ambiental, mas também social e econômica. Além disso, o tom da fala aponta para a desqualificação do discurso ambientalista situando-o como exógeno e em descompasso com os interesses de um suposto “modelo produção” já definido. Outro aspecto desta fala é a polarização do debate, qualificando o argumento ambientalista como politizado e ideológico.

Visto que a chamada “crise ambiental” em que vivemos é vista pelas tendências ambientalistas críticas como sendo um dilema civilizacional que engloba várias crises - civilizatória, moral, política, tecnológica, ambiental, entre outras- que expressam, em última instância, as diversas *patologias* do capitalismo (LOUREIRO, 2006), ao voltarmos nossos olhares para o Congresso Nacional Brasileiro observamos estratégias adotadas por alguns grupos que trabalham para encobrir a perspectiva crítica da crise ambiental e disseminar a sua visão única acerca das possíveis soluções, de forma que não desestabilize a ordem vigente e os seus percentuais de lucro.

Esta solidariedade de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (*obsequium*) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm monopólio e que precisam de perpetuar para assegurarem a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal. (BOURDIEU, 2010, p.173)

Diante desta ameaça ao próprio “jogo”, quando estão em debate as suas regras – a reforma do código florestal e a reforma política, por exemplo -, observa-se que grupos com o mesmo grau de interesses iniciam um movimento de articulação para ocupar espaços e avançar sobre a oposição. Mesmo que estes grupos estejam habituados a se relacionarem entre si sob a lógica da concorrência capitalista, nestes momentos de grandes revisões tendem a se unificar. Como exemplo, a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), criada em 1993 para organizar entidades representativas de todos os segmentos do setor do agronegócio, divulga em seu portal na internet:

⁴ Reinhold Stephanes é economista e deputado federal pelo PMDB/PR. Foi ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É membro da Frente Parlamentar Ambientalista e membro do GT sobre o Código Florestal, criado na Câmara dos Deputados para viabilizar a votação do PL1876/99. Entrevista completa disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/tv/materias/BRASIL-EM-DEBATE/195375-DEP.-REINHOLD>> Acesso em 20 de maio de 2011.

A ABAG promove ações articuladas entre os diferentes elos das cadeias produtivas, com a preocupação de evitar divergências com as demais entidades ligadas ao complexo industrial brasileiro, por meio de ações conjuntas e sinérgicas.⁵

Esta mesma associação, em conjunto com outras entidades do setor rural – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das cooperativas brasileiras (OCB) e outras – lançaram na internet o vídeo “Em defesa da produção de alimentos”⁶ expondo seus interesses na aprovação das alterações do Código Florestal Brasileiro conforme projeto do relator na Câmara dos Deputados, o deputado Aldo Rebelo. Neste vídeo, afirmam que a agricultura nacional é motivo de orgulho para os brasileiros, que as alterações propostas ao Código Florestal tirarão da ilegalidade 90% da produção de alimentos do país e que possibilitará ao brasileiro continuar pagando barato por alimentos de qualidade. Também classificam como adversários do Brasil aqueles que se opõem a estas alterações na legislação ambiental e afirmam que “é exatamente o que os nossos concorrentes, que o Brasil diminua a área de produção, onde colhemos o melhor e mais barato alimento do mundo”. Através desta e de outras estratégias, estas entidades pressionam os legisladores e buscam convencer a grande parcela da sociedade leiga nesta temática de que os seus argumentos têm validade.

Observando casos que ocorrem no momento em que as operações “a favor do meio ambiente” comprometem a continuidade de interesses ecologicamente incorretos (LAYRARGUES, 2010), foi constatada a existência de um “movimento anti-ecológico”, com forte influência política e inserido em estruturas e órgãos do Estado.

O MOVIMENTO ANTI-ECOLÓGICO E O AGRONEGÓCIO

Como nos afirma Mendonça (2010), o agronegócio não se restringe aos proprietários rurais, tendo a agricultura atual (referindo-a a todo um processo de rápida tecnificação) se tornado avalista de um complexo sistema externo a ela e que a subordina aos interesses do grande capital industrial e financeiro.

É fundamental sinalizar que a noção de agronegócio organizaria e instrumentalizaria a imbricação de todas as atividades econômicas direta ou indiretamente vinculadas à agricultura - ressignificada como mera “especialização em plantar e criar” -, construindo-se um poderoso complexo, de cunho bem mais comercial e financeiro, cujo peso não poderia ser aniquilado apenas por seu desempenho econômico, mas principalmente por sua influência política. (MENDONÇA, 2010, p.219)

⁵ Disponível em < <http://www.abag.com.br/index.php?mpg=01.01.00>>. Acesso em 20 de julho de 2011.

⁶ Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=HCBDyTszGXQ&feature=player_embedded. Acesso em 21 abr. 2011.

Ainda segundo a autora, alguns setores do patronato rural, especialmente os ligados a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), desde os anos 1970, avançam em novas frentes para ampliação de seus espaços e sua influência política: a ecologia, o ensino e a imbricação ao Estado em sua dimensão regional. Desta forma, a SNA passa a “advogar para si o papel de ‘pioneira’ e ‘legítima’ representante da ‘causa ambiental’.” (MENDONÇA, 2010, p.96).⁷

Sendo o movimento ambientalista de caráter difuso e multissetorial (LEIS, 1999), verificou-se que, apesar de manterem uma prática anti-ecológica, alguns grupos facilmente conseguem se “vestir de verde” para conseguirem benefícios e manter o discurso sintonizado com o meio ambiente.

Movidos por interesses privados, estes grupos ou indivíduos - que compõem o que Paul Ehrlich denomina de ‘brownlash’, “porque eles ajudam a alimentar uma revolta contra as políticas verdes”. (EHRlich, 1996, tradução nossa) - utilizam como estratégias: a desinformação; distorção de descobertas científicas; a má interpretação de dados - “para construir uma certa visão do mundo e sustentar uma agenda política” (EHRlich, 1996, p.11, tradução nossa); nomeiam-se “promotores do desenvolvimento, geradores de emprego, divisas e produtos” (LAYRARGUES, 1998, p.79); organizam-se para exercer pressão a favor da flexibilização da legislação ambiental e do desmonte do aparato público administrativo para a gestão ambiental, assim como a redução de verbas públicas para a fiscalização; adotam a política do “fato consumado” para a aprovação de leis a seu favor; atacam movimentos ambientalistas, desqualificando-os pretensamente em prol da “soberania nacional” e do “interesse social relevante”, gerando confusão e confundindo a opinião pública, deliberadamente.

Ainda segundo Ehrlich (1996), por meio da massificação, uma enxurrada de sentimentos “anti-ecológicos” ganharam aura de credibilidade, trabalhando para disseminar o descontentamento entre aqueles que de alguma forma se sentem prejudicados por regulamentações ambientais. Vinculados a “lobbies” industriais, a parlamentares e a meios de comunicação, este grupo é capaz de aprovar qualquer alteração legislativa. (EHRlich, *op. Cit.*).

⁷ O envolvimento da SNA com a questão ambiental assegurou-lhe, nesta época, um espaço politicamente “neutro”. “O apogeu da participação da SNA na questão preservacionista foi marcada pela convocação, em 1991, do Painel sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, destinado a organizar, sob sua direção, os grupos ambientalistas que atuariam na Eco-92, como ficou conhecida a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992.”(MENDONÇA, 2010, p.98)

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS: O MEIO AMBIENTE ENTRE EMPRESÁRIOS E PARLAMENTARES

No Brasil, através do mecanismo de financiamento de campanhas eleitorais de candidatos ao executivo e ao legislativo, é desenhada mais uma estratégia do movimento anti-ecológico: a senadora Kátia Abreu, vice-presidente da comissão de meio ambiente do Senado Federal, através do vídeo “Ajude-nos nesta missão”, vem a público pedir que empresas do setor agrário e setores associados, façam doações em dinheiro para campanhas eleitorais dos candidatos da bancada ruralista no Congresso, a fim de continuarem tendo os seus interesses representados no legislativo a partir de 2011.⁸

A seguir, apresentamos um levantamento realizado sobre os dados de financiamento de campanhas de deputados e senadores que ocuparam em 2010 e ocupam em 2011 a mesa diretora das comissões de meio ambiente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, respectivamente⁹:

EMPRESAS FINANCIADORAS DE CAMPANHAS DE PARLAMENTARES ELEITOS PARA A MESA DIRETORA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2010 E 2011:

| RAMO DE ATIVIDADE | NÚMERO DE EMPRESAS QUE FINANCIARAM CAMPANHAS | VALOR TOTAL DOADO EM R\$ |
|------------------------------|---|---------------------------------|
| CONSTRUÇÃO | 07 | 355.000,00 |
| AGROPECUÁRIA | 07 | 519.500,00 |
| ENGENHARIA | 06 | 355.500,00 |
| USINAS AÇUCAREIRAS | 04 | 285.000,00 |
| CELULOSE | 04 | 173.051,06 |
| FERTILIZANTES | 04 | 75.000,00 |
| MINERAÇÃO | 03 | 220.000,00 |
| EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 03 | 213.000,00 |
| BANCOS | 02 | 152.000,00 |
| SEGUROS | 02 | 25.000,00 |

⁸ Vídeo disponível em < <http://www.youtube.com/watch?v=EfHSj4yig2g>>. Acesso em 20 de maio de 2011.

⁹ Os dados sobre financiamento de campanhas foram obtidos através do site do Tribunal Superior Eleitoral: <<http://www.tse.gov.br>>

EMPRESAS FINANCIADORAS DE CAMPANHAS DOS PARLAMENTARES ELEITOS PARA A MESA DIRETORA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DO SENADO EM 2010 E 2011:

| RAMO DE ATIVIDADE | NÚMERO DE EMPRESAS QUE FINANCIARAM CAMPANHAS | VALOR TOTAL DOADO EM R\$ |
|--------------------------------------|---|---------------------------------|
| PETRÓLEO | 08 | 53.322,78 |
| ENGENHARIA | 03 | 137.000,00 |
| CONSTRUTORAS | 02 | 82.000,00 |
| BEBIDAS | 01 | 170.000,00 |
| QUÍMICA/FARMÁCIA | 01 | 100.000,00 |
| BANCOS | 01 | 50.000,00 |
| EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS | 01 | 12.500,00 |
| MADEIREIRA | 01 | 10.000,00 |
| COMITÊ FINANCEIRO/DIRETÓRIO ESTADUAL | 04 | 3.037.599,11 |
| OUTROS | 15 | 268.109,19 |

Na Câmara dos Deputados, o deputado Aldo Rebelo, relator do projeto de alteração do Código Florestal aprovado nesta mesma casa por 410 votos, recebeu em 2010 recursos das seguintes empresas: ALESAT COMBUSTIVEIS S.A.; ALUSA ENGENHARIA LTDA.; APSEN FARMACEUTICA S.A.; BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA; CALTINS - CALCARIO TOCANTINS LTDA; CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORREIA S.A; COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E AGROPECUARISTAS; COOPERATIVA DE CAFEICULTORES E CITRICULTORES DE SÃO PAULO; COOPERATIVA DE CREDITO RURAL – COCAPEC; COOPERATIVA DE CREDITO RURAL – CREDICITRUS; COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES EM GUAXUPÉ LTDA – COOXUPE; EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA – EMBRAER; GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S/A; GRAN PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUTIVEIS; LIBBS FARMACEUTICA LTDA; USIMINAS MECANICA S.A.

No Senado, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), relator do Código Florestal na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), recebeu recursos das seguintes empresas para sua campanha eleitoral em 2010: ADAMI S/A MADEIRAS; ALMEIDA JUNIOR SCHOPPING CENTERS LTDA;

ARCELORMITTAL BRASIL S.A.; BATTISTELLA VEICULOS PESADOS LTDA; CARBONIFERA CRICIUMA S.A.; CARBONIFERA METROPOLITANA S.A.; CARBONIFERA SIDEROPOLIS LTDA; CELULOSE IRANI S.A.; COPPER TRADING S.A.; DORIA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA; DUDALINA S/A; EIKE FUHRKEN BATISTA; ENGEVIX ENGENHARIA S/A; FIAÇÃO SÃO BENTO S/A; FRATELLI VITA BEBIDAS. S/A; GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A.; IBRAME INDÚSTRIA BRASILEIRA DE METAIS S.A; INDÚSTRIA CARBONIFERA RIO DESERTO LTDA; LEME ENGENHARIA LTDA; LUNENDER TEXTIL LTDA; ORBI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA; SEARA ALIMENTOS S/A; SUPREMO CIMENTO S/A; TIGRE S/A TUBOS E CONEXÕES; VOTORANTIM INDUSTRIAL S/A; WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A.; WETZEL S.A.; WHIRPOOL S.A.

Através da coleta dos dados, percebemos que algumas empresas realizaram doações a mais de um dos parlamentares analisados e que algumas delas apresentam histórico de processos judiciais por descumprimento de legislação ambiental e trabalhista, assim como alguns parlamentares observados.

O MOVIMENTO ANTI-ECOLÓGICO E SUAS ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS

Desde 2001, empresas do agronegócio investem em campanhas de fortalecimento de sua imagem. A Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto divulga que:

Desde setembro de 2001 a ABAG/RP desenvolve a Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio. A importância do agronegócio na vida das pessoas e para o desenvolvimento econômico e social das cidades, da região e do país são os principais assuntos abordados pela Campanha. Foram produzidos 37 filmes institucionais, veiculados diariamente nas principais emissoras de TV da região. Na primeira fase da Campanha (2001 a 2005) o slogan escolhido foi: **“Agronegócio: sua vida depende dele”**. Em 2006 a Campanha ganhou novo slogan: **“Agronegócio: todos fazem parte”**. Nesta fase foi mostrado que o Agronegócio não se faz apenas com grandes propriedades rurais. As pequenas também são relevantes para o setor e desempenham importante papel na geração de emprego, renda e no abastecimento dos centros urbanos. Em de 2009 uma nova fase da campanha entrou no ar, com o slogan: **“Agronegócio: você também faz parte”**. Como estratégia para contribuir para eliminar os “pré-conceitos” ligados ao setor, nas novas peças publicitárias a palavra Agronegócio ganhou contornos diferentes: **AgroTrabalho, AgroSaúde, AgroVida, AgroEnergia e AgroFuturo**. A substituição do termo “negócio” por outras que permeiam o dia a dia das pessoas serviu para mostrar o quanto o agronegócio está presente em suas vidas, sem que

elas se dêem conta disso. Anualmente estão sendo veiculadas mais de duas mil inserções, entre vinhetas de patrocínio e filmes institucionais.¹⁰

Esta entidade posiciona-se a favor das alterações propostas para o Código Florestal, lançando o “Manifesto de Ribeirão Preto e Região em Defesa do Meio Ambiente e apoio à modificação da Legislação Ambiental”.¹¹

No momento em que a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro se encontra em debate no Senado, após ter sido aprovada na Câmara – aprovação conflituosa, apesar da votação expressiva -, este setor decide mais uma vez investir de forma organizada criando o “Movimento Sou Agro” e convocando a população à adesão:

O movimento Sou Agro é uma iniciativa multissetorial de empresas e entidades representativas do agro brasileiro. Será um canal permanente entre o agro e seus diversos públicos de interesse, especialmente, o cidadão urbano. A contribuição do agro é decisiva para o PIB, a geração de empregos e as exportações. O setor irradia oportunidades e renda para toda a economia e é o alicerce do desenvolvimento brasileiro. O Brasil pode perfeitamente ser a potência dos alimentos, da energia limpa e dos produtos advindos da combinação da ciência com a nossa megabiodiversidade. Contar a realidade do agro, mostrando os benefícios sociais, econômicos e ambientais que o setor gera para toda a sociedade, é um processo fundamental para pautar o futuro do Brasil com base no desenvolvimento sustentável.¹²

O “movimento Sou Agro” apresenta caráter nacional, diferente da iniciativa da ABAG/RP, de enfoque regional.

“Trata-se de um movimento inédito. Nunca antes todos os setores se uniram e trabalharam de forma coordenada na promoção de sua imagem de forma estruturada e sinérgica”, destaca o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.¹³



Fonte: <<http://souagro.com.br/campanha-do-movimento-sou-agro-estrela-nos-meios-de-comunicacao>>

¹⁰ Disponível em <<http://www.abagrp.org.br/valorizacaoInstitucional.php>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

¹¹ Disponível em <http://www.abagrp.org.br/media/uploads/Manifesto_Ribeirao_%20Preto_e_Regiao.pdf> Acesso em 22 de julho de 2011.

¹² Disponível em <<http://souagro.com.br/sou-agro/movimento>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

¹³ Disponível em <<http://souagro.com.br/campanha-do-movimento-sou-agro-estrela-nos-meios-de-comunicacao>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

A campanha publicitária do “Movimento Sou Agro” atua nas seguintes frentes: Culinária, Cultura e Variedades, Estrelas do Campo, Eventos, Moda, Trabalho e Educação.

O investimento publicitário no campo da Educação é uma estratégia recorrente do setor do agronegócio. O projeto “Agora”, por exemplo:

“... reúne mais de 20 associações e empresas do setor sucroenergético na geração de conhecimento, na disseminação de impactos sociais e ambientais positivos e, fundamentalmente, na disponibilização e ampliação de esclarecimentos para a conscientização da opinião pública sobre as questões da indústria da cana-de-açúcar e da sustentabilidade.”¹⁴

Assim, promovem ações dirigidas ao mercado interno e vem desenvolvendo atividades direcionadas aos públicos de relacionamento de maior interesse: “formuladores de políticas públicas, consumidores, opinião pública, **estudantes do ensino fundamental** e jornalistas”.

A ofensiva do agronegócio no campo da Educação mostra-se focada prioritariamente na Educação Pública. Como exemplos, destacamos:

- **Estudo Municípios Canavieiros 2011¹⁵**: Iniciativa do Projeto AGORA, entidade que reúne várias empresas e instituições do setor sucroenergético, em parceria com dezenas de Secretarias de Educação e produção da Editora Horizonte. Serão atendidas mais de 1.600 escolas, nos estados de Alagoas, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco. Destina-se às escolas públicas de 6º e 7º anos (antigas 5ª e 6ª séries) do Ensino Fundamental nos 100 principais municípios canavieiros do Brasil.
- **Programa Educacional “Agronegócio na Escola”¹⁶**: “Um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação, por isto a ABAG/RP criou o ‘Agronegócio na Escola’. O Programa amplia a consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região, a necessidade da conservação ambiental, os valores de cidadania e a consequente melhoria na qualidade de vida.” De 2001 a 2008 o Programa foi Realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e implantado em escolas pertencentes a 10 Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. Foi destinado aos estudantes da primeira série do ensino médio. Em 2009 a ABAG/RP firmou parcerias com as Secretarias Municipais de Educação. Em 2010, foram 14 municípios participantes, com 66 escolas e

¹⁴ Disponível em www.projetoagora.com.br. Acesso em 22 de julho de 2011.

¹⁵ Disponível em <http://www.municipios-canavieiros.com.br/default.asp>. Acesso em 22 de julho de 2011.

¹⁶ Disponível em < <http://www.abagr.org.br/programaAgronegocioPrograma.php>>. Acesso em 22 de julho de 2011.

11.900 alunos. Desde 2001, mais de 110 mil alunos já foram “beneficiados” pelo Programa Educacional “Agronegócio na Escola”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos a educação ambiental crítica como aquela que aponta para a politização da temática ambiental, que a entende em sua conflituosidade onde se digladiam discursos mantenedores, reformadores e transformadores dos *status quo* sociais. Lembrando Reigota (1995), com a polissemia inerente ao meio ambiente e suas diferentes representações, pode-se concluir a existência e a convivência de várias “educações ambientais” variando de discurso de acordo com as diferentes representações de meio ambiente. Por isso, é fundamental situar a educação ambiental crítica diante das diferentes inserções da temática ambiental no cenário político, afim de que esta não seja assimilada pelos segmentos conservadores ligados ao agronegócio.

Neste sentido, vale lembrar Guimarães (2000), para quem é preciso ir além das questões ambientais estritas. A educação ambiental crítica é aquela que requer uma releitura crítica do mundo, do modelo de desenvolvimento no qual estamos imersos, a fim de superar as condições de opressão. O autor aponta para a necessidade de “transformações radicais”, pautadas por processos coletivos na construção de um novo paradigma de relacionamento com a natureza, sobretudo na intervenção histórica, tal como argumenta:

Uma educação ambiental crítica aponta para transformações radicais nas relações de produção, nas relações sociais, nas relações homem natureza, na relação do homem com sua própria subjetividade num processo de construção coletiva de uma ética, de uma nova cultura, novos conhecimentos. Processos esses assumidos por sujeitos individuais e coletivos que desvelam a necessidade da construção de novo paradigma, um novo modelo de relacionamento com a natureza e de intervenção na história. (GUIMARÃES, 2000, p.84)

De acordo com Layrargues (LAYRARGUES; LOUREIRO; CASTRO, 2006), se a Educação Ambiental crítica tem como foco a mudança, não pode se descolar das condições sócio-culturais, sendo necessário atentar para o risco desta “transformação” ser cooptada pelo discurso do modelo hegemônico de sociedade, tal como elucida:

Se é verdade que a Educação Ambiental tem como alvo central a mudança ambiental, é menos verdade que ela esteja descolada da realidade social e não apresente vínculos no que concerne à mudança social. Portanto, ou se quer reproduzir ou se quer transformar as condições sociais. A criação de uma consciência ecológica, por mais sutis que sejam as relações, não se faz isoladamente das condições sociais. (Ibid., 2006, p.96)

Ao identificar o movimento “Anti-Ecológico” que vem ganhando espaço no campo da política brasileira, pretendemos desconstruir a falsa noção de que as idéias e práticas da sustentabilidade presentes na sociedade contemporânea se expandem como uma onda contaminando todos os sujeitos sociais

indistintamente, sem encontrar resistências e obstáculos. Este debate é particularmente útil no campo da Educação Ambiental, que tem entre suas visões hegemônicas, a que reproduz uma concepção de sociedade como espaço da harmonia e ausência de conflitos e interesses, com a idéia de que a sociedade como todo, ao passar pelo processo educativo voltado à questão ambiental, naturalmente passará por uma conversão em direção à sustentabilidade, como se a questão tratasse apenas de um processo de conscientização (LAYRARGUES, 2010).

Neste sentido, torna-se importante assumir a perspectiva da Educação Ambiental Crítica, como posicionamento político e ideológico capaz de fazer frente aos desafios impostos pela questão ambiental contemporânea na arena da política brasileira. Assim, espera-se que esta abordagem possibilite a superação de antigas posturas e matizes da educação ambiental, muitas vezes confundida com conteúdos científicos ligados às ciências biológicas, ou ainda da educação ambiental baseada na transmissão de conhecimentos ecológicos ou conteúdos científicos estanques, sem correlação com o panorama e o cenário político do contexto sócio histórico que vivemos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental no consenso em debate?** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2004.

CAPOBIANCO, João Paulo R. **O código do atraso**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo. Maio de 2011. Disponível em <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=926>>

EHRlich, Paul R. **Betrayal of science and reason: How anti-environmental rhetoric threatens our future**. Washington: Island Press, 1996.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: O discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. **Muito além da natureza: EA e a reprodução social**. In: LAYRARGUES, P.P.; LOUREIRO, C.F.B.; CASTRO, R.S. de (Org.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2006. p. 72-10.

_____. **Quando os ecologistas incomodam:** Uma caracterização preliminar do anti-ecologismo. Artigo apresentado à Anppas em outubro de 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2004.

_____. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico:** uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

PINTO, H. S.; ASSAD, E. D.; ZULLO JUNIOR, J.; EVANGELISTA, S. R. M.; OTAVIAN, A. F.; ÁVILA, A. M. H. de; EVANGELISTA, B. A.; MARIN, F. R.; MACEDO JUNIOR, C.; PELLEGRINO, G. Q.; COLTRI, P. P.; CORAL, G. **O papel do agronegócio na economia brasileira.** In: DECONTO, J. G. (Coord.). Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária: Unicamp, 2008.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e representação social.** São Paulo, Ed. Cortez, 1995.